



MUNICÍPIO DE TONDELA

ATA N.º 10 /2020

**REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA
NO DIA 5 DE MAIO DE 2020**

MEMBROS PRESENTES:

Presidente Dr. José António Gomes de Jesus
Vereador Pedro Luís de Jesus Ferreira Adão
Vereador Joaquim da Silva Mendes dos Santos
Vereador Miguel Cláudio Torres Bruno
Vereadora Dr.ª Sofia Alexandra Fraga Simões Ferreira
Vereador Eng.º Júlio Daniel Maneira Marques Rodrigues
Vereador José Carlos Henriques Vieira Coimbra

MEMBROS QUE FALTARAM:

---- Aos cinco dias do mês de maio, nesta cidade de Tondela, realizou-se a *reunião ordinária* da Câmara Municipal de Tondela, por videoconferência e sob a presidência do senhor presidente da Câmara Municipal, Dr. José António Gomes de Jesus, estando presentes os senhores vereadores: Pedro Luís de Jesus Ferreira Adão, Joaquim da Silva Mendes dos Santos, Miguel Cláudio Torres Bruno, Dr.ª Sofia Alexandra Fraga Simões Ferreira, Eng.ª Júlio Daniel Maneira Marques Rodrigues e José Carlos Henriques Vieira Coimbra.-----

---- A reunião foi secretariada por Maria Isabel Cabral Estrela.-----

---- Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando haver “quorum” para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o senhor presidente declarou aberta a reunião.-----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O senhor vereador Miguel Torres prestou uma informação ao requerimento do senhor vereador Joaquim Santos, sobre informação financeira da aquisição do material de proteção, no âmbito do Covid-19, dizendo que foram feitas várias aquisições de material, e que tinha sido distribuído pelas diversas instituições do concelho. Anexo 1. -

---- O senhor vereador Joaquim Santos disse que o seu requerimento era bem claro, tendo voltado a ler o que pretendia, ou seja, cópia dos documentos comprovativos da aquisição, e não apenas uma lista de material de proteção ou da sua distribuição. Disse, ainda, que todas as empresas quando elaboram uma requisição têm de ter seguidamente uma fatura que formaliza essa compra.-----

---- O senhor presidente disse que o senhor vereador iria receber a informação devida, com a cópia das requisições do material e que dela faria a sua devida apreciação. Frisou que o senhor vereador Joaquim Santos tinha dito anteriormente que a CIM tinha adquirido o referido material e que a Câmara se baseou em fazer a sua distribuição como sendo suas. Pelo que, não poderia deixar de emitir opinião de desagrado por tal afirmação, quando na verdade quem paga as aquisições da CIM são os respetivos municípios.-----

~~----- O senhor vereador Joaquim Santos respondeu que não lhe interessavam as requisições, porque a sua emissão não prova a aquisição, mas apenas uma intenção de compra. O que pretende é mesmo do comprovativo de venda, ou seja, a fatura, independentemente de estar ou não paga. Recorda que a legalidade obriga as empresas a emitirem esses documentos à data da aquisição, pelo que não percebe a resistência em lhe serem fornecidas cópias desses documentos. Além disso, também solicitou não uma lista de entidades onde o equipamento foi distribuído, mas as quantidades que cada instituição recebeu. Quanto à afirmação do senhor presidente, sobre a competência ou autoria da distribuição de materiais de proteção ou elaboração de testes Covid, disse-lhe estar a confundir as coisas, porque em lado algum disse que a câmara estava a retirar à CIM a autoria das iniciativas, mas que apenas se limitou a repartir, nas redes sociais, uma publicação da Comunidade Intermunicipal sobre o mesmo assunto.-----~~

---O senhor presidente perguntou aos presentes se pretendiam ou queriam dar mais alguma informação.-----

---O senhor vereador Joaquim Santos disse que continuava à espera de uma resposta, à pergunta feita na anterior reunião, em que questionou se o senhor presidente ou o senhor vereador da proteção civil eram conhecedores do email, sobre o preço das máscaras na Farmácia de Lajeosa do Dão, enviado pelo técnico do município de proteção civil e que, sobre o Requerimento, ainda não tinha percebido se os documentos que pediu lhe vão ou não ser entregues.-----

--- O senhor vereador Miguel Torres disse que desde o primeiro momento o objetivo da câmara foi ajudar na resolução de problemas, nomeadamente na indicação de locais onde poderiam as IPSS encontrar o material de proteção, visto ter existido dificuldades e aquisições face à escassez de produtos. Referiu que sempre existiu neste processo, partilha de informação, boa fé para com os vários parceiros e tentativas de encontrar as soluções mais adequadas aos problemas que foram surgindo.-----

--- O senhor vereador Joaquim Santos disse que o email tinha sido enviado no sábado, dia 18, por volta das 14 horas, às instituições e que só na segunda-feira seguinte, ao fim da tarde, cerca das 17 horas, é que tinham sido consultadas as restantes farmácias, frisando que as IPSS têm os seus fornecedores habituais, que, habitualmente, também as máscaras para utilização comum, no seu dia-a-dia, mesmo antes desta crise pandémica.

--- O senhor presidente disse que o senhor vereador Joaquim Santos estava a entrar numa deriva que não era para a reunião de câmara, pelo que se tinha algo a participar que o fizesse para o Ministério Público, como estava habituado.-----

--- O senhor vereador Joaquim Santos questionou quem é que lhe disse que ele fazia participações ao Ministério Público.-----

--- O senhor presidente recordou que o senhor vereador já havia informado em reuniões anteriores que já havia tomado essa iniciativa em relação a determinados assuntos. Referiu que o senhor vereador estava a insinuar que os serviços tinham exercido favorecimentos, o que ofendia, pelas suas insinuações. Disse que a câmara face à carência existente de material, no início da declaração de pandemia, tinha efetuado uma consulta de mercado e informado as IPSS, mas que estas eram autónomas nas suas decisões.-----

--- O senhor vereador Joaquim Santos voltou a questionar se o senhor presidente e o senhor vereador da proteção civil tinham tido conhecimento do envio do email. Disse, ainda que os restantes eventuais fornecedores só tinham sido consultados após o envio do email.-----

--- O senhor presidente disse que tinha conhecimento na segunda-feira, que os serviços tinham efetuado essas consultas, tal como já havia sido feito, aquando existiu necessidade de aquisição de gel tal como outro material, com o objetivo de informação as instituições do concelho.-----

--- O senhor vereador Joaquim Santos insistiu a perguntar ao senhor presidente e ao senhor vereador responsável pela proteção civil se tiveram ou não conhecimento do envio desse e-mail.-----

---- O senhor presidente disse que não teve conhecimento do envio desse e-mail. Quanto aos documentos solicitados, que ainda iria facultá-los, durante essa tarde. -----

---- O senhor vereador Miguel Torres disse que teve conhecimento do envio desse email e que o objetivo do serviço de proteção civil foi sempre prestar uma informação na boa fé e isenção, para levar a bom porto, minimizando danos, desta pandemia. Disse que teve conhecimento da partilha de informação às várias entidades, tal como tinha conhecimento da consulta efetuada às farmácias do concelho.-----

PERIODO DA ORDEM DO DIA

- Presidência

1- Votação da ata da reunião ordinária de 21 de abril

---- Não tendo havido intervenções, a ata da reunião ordinária, de 21 de abril, foi colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

2- Informações

---- O senhor vereador Joaquim Santos questionou o senhor presidente sobre: -----

---- Tendo conhecimento que a câmara tinha adquirido 100 tablets para colmatar carências de alunos para assistir às aulas e face aos problemas que o comércio local atravessava, pelo facto dos seus estabelecimentos terem estado impedidos de laborar, questionou como tinha sido efetuada as referidas aquisições e porque é que os mesmos não tinham sido adquiridos aos comerciantes do concelho. -----

---- Questionou em fase se encontrava o lançamento do concurso para as obras do canil municipal.-----

---- Disse que o Museu Terras de Besteiros tinha lançado um desafio à população, face ao facto de dia 18 de maio não ser possível, como era usual, celebrar, com visitas guiadas, o Dia dos Museus. Deste modo, questionou se já tinham sido avaliadas para as obras necessárias e já anteriormente referenciadas em anterior reunião, para o Museu Terras de Besteiros, sobre o estado de conservação de algumas salas. Perguntou, também, em que fase estava as obras de requalificação das Reservas Visitáveis de Nandufe, porque vão fazer dois anos que elas forma prometidas. -----

---- De seguida, disse que o senhor presidente da União de Freguesias de Caparrosa e Silvares tinha enviado um email ao senhor presidente e aos senhores vereadores a lamentar a não realização de uma visita à freguesia, solicitada há mais de um ano, para verificação do estado de algumas ruas da freguesia, questionando se já existia a devida resposta ao mesmo. Referiu que na última reunião foram deliberados um conjunto de protocolos e um contrato interadministrativo, que totalizam um valor significativo, 600 mil euros, repartidos por seis freguesias, o que mereceu propaganda nalguns jornais.

Ora, o concelho tem mais treze freguesias, pelo que deve existir uma repartição justa e equilibrada entre todos. Disse até que os vereadores do PS votaram favoravelmente, até porque entendem que as freguesias, normalmente, executam bem os valores em causa, mas que alguns dos protocolos deliberados, tinham sido anteriormente anulados por incapacidade de realização das juntas de freguesia, tal como algumas obras da câmara que têm sido inscritas sucessivamente nos orçamentos dos últimos anos. Esta situação vem inflacionar estas contribuições, parecendo o milagre da multiplicação dos pães, mas trata-se das mesmas verbas que rodam de orçamento em orçamento, mas servem para fazer propaganda. E que, além disto, feitas as contas, podem agora, da mesma forma que se poderia ter feito na reunião anterior, fazer as contas e verificar que a repartição não é assim tão justa: cerca de metade, 280 mil euros, são para Molelos e canas de santa Maria; cerca de 144 mil euros são para a União de Freguesias de Vilar e Mosteiro, Tonda e União de Freguesias de Mouraz e Tonda. Disse que não regateiam os valores, mas que não há justiça, ficando de fora as outras freguesias, embora alguma delas já tenham sido merecedoras de verbas protocoladas.

--- Mediante isto, questionou qual iria ser a resposta que iria ser dada à União de Freguesias de Caparrosa e Silves, um território que foi um dos mais castigados pelos incêndios de 2017. -----

--- O senhor presidente frisou que nenhuma freguesia deixa de fazer obra por incapacidade. É que não há umas mais trabalhadoras do que outras, nem essa apreciação é objetiva, nem é aceitável. Disse que o senhor vereador não tinha toda a informação, atendendo que já tinha respondido ao email da União de Freguesias de Caparrosa e Silves, mas que disso já deveria ter conhecimento. Contudo, informou que alguns apoios com as juntas/uniões de freguesias são relativos a obras que poderiam ser feitas pela câmara. Mas, que atendendo a que as juntas de freguesia estão mais próximas, é celebrado contratos interadministrativos ou protocolos para a realização das mesmas. Que tais obras fazem parte dos compromissos assumidos pelos membros do executivo com competências próprias e delegadas. Disse, igualmente, a título de exemplo, que proximamente virá à Câmara um protocolo a celebrar com a junta de freguesia de Campo de Besteiros, no valor de 150 000€, para apoio no relvado do campo de jogos, o que demonstra que não é só seis freguesias que recebem apoios.-----

--- O senhor vereador Joaquim Santos informou o senhor presidente que não tinha conhecimento da resposta a esse email, mas que iria tentar saber essa resposta para avaliar, questionou o senhor presidente o que acha das fotografias, que demonstram o estado das ruas da União de Freguesias de Caparrosa e Silves, que acompanhavam o email e se sabe que, apesar da limpeza das ruas ser uma competência delegada nas juntas de freguesia, a sua conservação é da câmara municipal que, pela mesma via de delegação, a pode transferir para as juntas e se acha que as gentes daquela freguesia não merecem mais do que isto.-----

--- O senhor presidente respondeu que na referida união de freguesias tem havido investimentos, tais como as pavimentações da via de acesso à A25, o acesso à Incoveca, investimentos na área do tratamento de águas residuais, requalificação da iluminação pública, portanto não é uma freguesia de está esquecida. Mais acrescentou os apoios ao movimento associativo, pelo que jamais certará qualquer menorização de tratamento e que não deixará de cumprir o seu programa sufragado.-----

---- O senhor vereador Joaquim Santos disse que se está a referir-se a tantos investimentos, se não terão sido no anterior mandato da União de Freguesia de Caparrosa e Silvares, em que, apesar do estado destas ruas, o cemitério foi pavimentado com paralelos, o que acha lamentável, além de outras prioridades, mas talvez mais invisíveis, e com a complacência de quem financiou essa obra. Disse que iria estar atento a acompanhar o desenvolvimento deste processo, porque aquelas gentes merecem mais respeito. -----

---- O senhor vereador Miguel Torres informou que a iniciativa lançada pelo Museu Terras de Besteiros, a 1 de maio, tem como objetivo celebrar de forma diferente o Dia dos Museus, lançado um desafio a todos os municípios para elaboração de trabalhos, em formato digital, e poderão a serem colocados numa exposição. Relativamente às obras de requalificação das salas do Museu Terras de Besteiros, informou que está a ser feito um levantamento de todas as necessidades, atendendo que para além das paredes salitradas, também existem necessidades nomeadamente no ar condicionado e aplicações multimédias. Relativamente à obra de requalificação das Reservas Visitáveis de Nandufe os serviços estão a ultimar o processo e que, muito em breve, haveria novidades. -----

---- O senhor vereador José Carlos Coimbra informou que, relativamente ao canil municipal, estão a ser adquiridos dois contentores, que depois de adaptados servirão para alojamento temporário de canídeos, atendendo existir sobrelotação do canil, até à finalizam das obras necessárias. -----

---- O senhor presidente disse, neste momento, a câmara tem duas prioridades, a requalificação da Escola Secundária e a Frente Ribeirinha, que lançadas a concurso ficaram desertas, apesar de várias empresas terem solicitado o caderno de encargos, o que obrigou os serviços a redefinir os valores das obras. Pelo que neste momento está a ser dada prioridade, em termos processuais, a essas obras. -----

---- A senhora vereadora Dr.ª Sofia Ferreira, relativamente à compra dos tablets, informou que foi consultado o mercado local. Atendendo a necessidade de entrega imediata e do preço ser inferior ao do mercado local, a câmara efetuou a compra na Worten, tal como a maioria das autarquias, já que era importante garantir essa entrega com a maior urgência. Disse que relativamente à compra dos portáteis que tinham sido adquiridos estes foram comprados no comércio local. No âmbito do desaparecimento dos tablets, prestou a informação que se anexa com o número 2. -----

---- O senhor vereador Joaquim Santos disse que agradecia a resposta dada pela senhora vereadora e que estava esclarecido. Relativamente ao canil, referiu que a resposta dada não o satisfazia, pelo que voltaria a questionar para quando o lançamento da obra, pois em conversa com o senhor arquiteto Ernesto, este o tinha informado que o projeto estava concluído, não vendo motivos para que o mesmo não seja lançado a concurso. -----

---- O senhor vereador Pedro Adão referiu que de facto o projeto estava concluído, mas como já referenciado anteriormente, o mesmo tinha orçamento elevado, pelo que deveria ser revisto. -----

---- O senhor presidente disse que desde a última reunião, atendendo às prioridades que de momento a câmara tem em mãos, não havendo evolução nesse assunto. -----

---- O Senhor vereador Joaquim Santos insistiu que as possíveis alterações ao projeto do canil, segundo informação do arquiteto Ernesto, há 15 dias, já estariam concluídas e se o senhor presidente diz que não, que ainda faltariam “os tais 10 minutos” noutra ocasião referidas, alguém não está a dizer a verdade. Disse ainda que iria falar com o arquiteto Ernesto, como em tempos anunciou que o iria fazer e que ninguém o poderia impedir de falar com quem quer que seja, colaborador da câmara municipal. Prometeu que na próxima reunião voltaria ao assunto. -----

3- Cedência do lote 3 da Zona Industrial do Lajedo

---- Foi presente uma informação para cedência do lote 3 da Zona Industrial do Lajedo, que se transcreve: -----

---- “Considerando o projeto de alargamento da zona industrial do Lajedo que o Município tem em curso com o objetivo de atrair investimento e fixação de mais empresas no concelho de Tondela; -----

---- Considerando que por escritura celebrada em 07 de julho de 2016, retificada pela escritura celebrada em 18 de julho de 2016, os então cedentes/vendedores, Mário Ferreira Quintão e mulher Maria Clementina dos Santos Figueiredo Quintão e José Alcino Ferreira Quintão e mulher Maria Isabel Rodrigues de Almeida Quintão, cederam ao Município de Tondela o prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 3707º da freguesia de Santiago de Besteiros, sendo que, em troca, o Município obrigou-se a ceder-lhes um terreno com a área aproximada de 3000 m2, sito na zona industrial do Lajedo ou na sua imediação, a concretizar no prazo de um ano, ou seja até 18 de julho de 2017, tendo sido atribuído ao negócio o valor de € 6.772,00. -----

---- Considerando que no passado dia 14 de outubro de 2019 foi aprovado o projeto de loteamento da Zona Industrial do Lajedo e nos termos do qual foram criados três novos lotes, entre os quais o lote nº 3, com a área de 2254 m2, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1848º da dita freguesia de Santiago de Besteiros e descrito na Conservatória do Registo Predial com a descrição 4322/Santiago de Besteiros. -----

---- Considerando que todos a quem sejam vendidos ou cedidos lotes, seja a que título for, devem ficar obrigados a respeitar e cumprir com as Condições Gerais de Venda de Terrenos na Zona Industrial do Lajedo, aprovada na reunião da Câmara Municipal de Tondela 08 de janeiro de 2008; -----

---- Assim tendo em conta o exposto e ao abrigo da alínea g) do número 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho que esta Câmara Municipal delibere: a) Ceder o lote 3 com a área de 2254 m2, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1848º da dita freguesia de Santiago de Besteiros e descrito na Conservatória do Registo Predial com a descrição 4322/Santiago de Besteiros, Mário Ferreira Quintão, NIF. 125844620 e mulher Maria Helena Paiva Cardoso Quintão, NIF.209594039, residentes na Rua de São Brás, nº 411 – Ribeira, 3465-059 Campo de Besteiros e José Alcino Ferreira Quintão NIF. 135929318 e mulher Maria Isabel Rodrigues de Almeida Quintão NIF. 135929326, residentes na Avenida Doutor Afonso Costa, nº101, 1º, edifício central, 3465 Campo de Besteiros atribuindo ao ato o valor de € 6.772,00, em cumprimento da obrigação assumida na escritura celebrada 07 de julho de 2016, retificada pela escritura de 18 de julho de 2016, com a condição dos referidos cessionários expressamente aceitarem e se obrigarem a respeitar e cumprir com as Condições Gerais de Venda de Terrenos na Zona Industrial do Lajedo, aprovada na reunião da Câmara Municipal de 08 de janeiro de 2008; -----

- b) celebrar o respetivo título de transmissão; e-----
---- c) Aprovar a presente deliberação em minuta para produzir efeitos imediatos.”-----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a cedência do lote de terreno, de acordo com a informação. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

4- Protocolo de colaboração com a CIM Dão Lafões

---- Foi presente protocolos e uma adenda, celebrados entre a CIM Dão Lafões e os municípios associados, para aquisição de bens, no âmbito do surto pandémico Covid-19, cabendo ao município de Tondela a transferência de 30 568,97€.-----

---- O senhor vereador Joaquim Santos solicitou esclarecimentos nos valores dos protocolos e do aditamento, a que o senhor presidente efetuou as devidas informações. -

---- O senhor vereador Miguel Torres referiu que o material de proteção tem sofrido várias oscilações, tendo sido no início da pandemia valores muito superiores aos que hoje estão a ser praticados. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o protocolo e a adenda. Mais deliberou aprovar a transferência. -----

- Divisão de Planeamento Geral, Planeamento e Urbanismo

5- Despachos efetuados no uso das competências delegadas e subdelegadas das obras particulares

---- A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos que recaíram sobre os processos de obras particulares, constantes da listagem que foi apresentada nos termos do art.º 34 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sendo rubricada por todos os presentes, ficando arquivada nos respetivos serviços. -----

6- Redução de taxas de urbanismo à senhora D.ª Joana Marques Rodrigues

---- Foi presente um requerimento da senhora D.ª Joana Marques Rodrigues que solicita a redução de 50% das taxas de urbanismo relativas ao processo 74/2019. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a redução, nos termos da alínea b) do número 2 do artigo 19 do Regulamento de Taxas Municipais.-----

7- Reestruturação fundiária de exploração

---- Foi presente um requerimento de Sónia Catarina Rebelo Viana, na qualidade de procuradora de José António Rodrigues Viana que solicita o parecer favorável à valorização fundiária da exploração, de acordo com o previsto do numero 3, alínea b) do artigo 51º da Lei 111/2015, de 27 de agosto, relativo ao emparcelamento dos artigos rústicos 2582 e 2584 da União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo. -----

---- A Câmara face ao parecer técnico, deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, dado este emparcelamento contribuirá para melhorar da exploração e assim fica garantida a conservação da biodiversidade e da paisagem natural. Sendo que deste emparcelamento não resulta estrutura fundiária com área superior à definida na Portaria 219/2016 de 9 de agosto.-----

- Divisão de Equipamentos Públicos, Reabilitação Urbana

8- 2ª alteração parcial ao PDM

---- Foi presente a proposta do projeto da 2ª alteração parcial da 1ª revisão do PDM de Tondela, que é composta pela fundamentação, alteração da planta do ordenamento e alteração ao regulamento do Plano Diretor Municipal de Tondela, acompanhado pelo parecer favorável dos serviços de urbanismo e elaborado nos termos do exposto no artigo número 118º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.-----

---- O senhor vereador Joaquim Santos disse que tinha tido dificuldade em visualizar a localização alvo da alteração ao PDM. -----

---- O senhor presidente respondeu que era na zona compreendida no sentido ascendente da Avenida das Comunidades em Tondela. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o projeto da 2ª alteração parcial da 1ª revisão do PDM de Tondela, para promover a realização da conferência de serviços, nos termos do artigo 88º do citado diploma. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

- Divisão de Educação e Intervenção Social

9- Atribuição de tarifário social ao senhor Paulo Alexandre da Costa Dinis

---- Foi presente uma informação social propondo a atribuição de benefícios no tarifário da fatura da água do senhor Paulo Alexandre da Costa Dinis. -----

---- Face ao parecer social e ao exposto no artigo 111 do regulamento para atribuição da tarifa social e familiar (água, saneamento e resíduos sólidos), a Câmara deliberou por unanimidade isentar a taxa fixa de água, reduzir em 30% a tarifa de saneamento e de resíduos sólidos.-----

- Divisão de Ambiente, Contratação e Gestão de Candidaturas

10- Procedimento ao abrigo do Acordo Quadro para fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre

---- Foi presente uma informação propondo a abertura de um procedimento por consulta prévia, de acordo com o exposto no artigo 259 do CCP, para fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre, ao abrigo do Acordo Quadro AQ CPI 03/2019, para um período de vinte e quatro meses. -----



---- Colocada à votação, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar a abertura do procedimento de consulta previa para fornecimento de eletricidade, nos termos no numero 1 do artigo 74º do CCP. Deliberou ainda, aprovar as peças de procedimento: anuncio, programa de procedimento e caderno de encargos. Mais deliberou nomear como júri: presidente Engº Nuno Carvalho; vogais: Sandra Paixão e Rui Martins; suplentes: Pedro Marques e Anabela Coelho e como gestor de contrato: Rui Martins. ---

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro.-----

- Divisão de Desporto Serviços e Informática

11- Protocolo a celebrar entre o Município de Tondela e o Grupo Desportivo da Serra do Caramulo

--- Foi presente o protocolo a celebrar entre o Município de Tondela e o Grupo Desportivo da Serra do Caramulo, no valor de 1 200€, para apoio na realização dos trabalhos necessários para a instalação de equipamentos de segurança e proteção contra incêndios. -----

---- O senhor vereador Joaquim Santos questionou como estava o andamento das obras protocoladas com as várias associações neste âmbito.-----

---- O senhor presidente disse que na generalidade das associações estão paradas desde fevereiro, atendendo que muitas empresas deixaram de laborar, esperando que houvesse um retomar a partir de 18 de maio. -----

---- O senhor vereador Miguel Torres informou que o processo só pode ser concluído com a realização de um simulacro, que este dependia dos bombeiros. Ora nesta fase, informou que todas estas iniciativas foram suspensão, não sabendo quando iriam ser programadas.-----

---- O senhor vereador Joaquim Santos frisou que deve existir algum cuidado para evitar que aconteça nova tragédia, mesmo que, devido às circunstâncias, se tenha de prorrogar o prazo concedido.-----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a celebração do protocolo. -----

ENCERRAMENTO

---- Nada mais havendo a tratar, pelo senhor presidente foi declarada encerrada a reunião, pelas onze horas e cinco minutos, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do

artigo 57, numero 2 da Lei 75/2013 de 12 de setembro e devidamente assinada por mim,
Maria Isabel Cabral Estrela, que a subscrevi.-----

Dom António Tavares
Maria Isabel Cabral Estrela



Informação

Considerando que, perante a pandemia COVID-19, os Agrupamentos de Escolas de Tondela solicitaram a colaboração do Município de Tondela no sentido de ceder equipamentos informáticos aos alunos mais carenciados;

Tendo o executivo da Câmara Municipal de Tondela, em reunião de 21 de abril de 2020, tido conhecimento desta intenção do Presidente em dar apoio em espécie para colmatar as necessidades dos alunos com maiores dificuldades económicas (escalão A e B) através da cedência de equipamento informático, a restituir à Câmara Municipal após este período de utilização;

Entendeu o Município acautelar a situação dos alunos do 1.º ao 12.º ano, com escalão A e B, cedendo equipamentos existentes no Município e adquirindo novos equipamentos, de modo a que estes alunos tenham o acesso tecnológico necessário ao acompanhamento das aprendizagens;

Durante a tarde do dia 27 de abril de 2020, os Técnicos do Gabinete de Educação, Catarina Bastos e Márcio Santos com o Técnico de Informática Júlio Pacheco e o Sr. Rogério Ferreira deslocaram-se às residências dos alunos, sinalizados pelos Agrupamentos de Escolas Tomaz Ribeiro e Cândido de Figueiredo com objetivo de os encarregados de educação receberem o equipamento (Tablet Huawei MediaPad T5 com carregador, cabo micro usb e Capa SBS) e assinarem o protocolo de cedência a título de empréstimo do mesmo. Para o efeito foram utilizados uma carrinha Renault kangoo com a matrícula 25-74-RS e o carro Renault Mégane com a matrícula 94-AJ-32.

Após a entrega de 6 (seis) equipamentos, em Tondela, Ermida, Tonda, e mais 4 na zona do Campo de Besteiros regressaram à Biblioteca Municipal, por volta das 17h15, estacionaram as viaturas no parque de estacionamento. Nas malas das viaturas ficaram alguns tablets, para o dia seguinte.

Na manhã, do dia 28 de abril, os Técnicos Júlio Pacheco e Catarina Bastos verificaram que a porta da mala da viatura carrinha Renault kangoo estava aberta, e os tablets (seis) ali deixados já não se encontravam no interior da viatura.

Contactada pelo Técnico Júlio, a Sra. Vereadora da Educação, Dra. Sofia Ferreira, tomou conhecimentos dos factos e participou às autoridades a ocorrência.

A GNR de Tondela já no local, contactou o Núcleo de Investigação Criminal (NIC) da GNR de Santa Comba Dão para averiguação dos factos.

O Núcleo de Investigação Criminal (NIC) fotografou o interior e exterior da carrinha e um equipamento igual aos que furtaram.

Foram inquiridos pela GNR de Tondela os Técnicos Júlio Pacheco e Catarina Bastos.

O Município de Tondela tem em curso diligências de averiguação interna sobre os factos desta matéria.

Tondela, 04 de maio de 2020

A Diretora do Departamento



